



XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB)

GT 2 – Organização e Representação do Conhecimento

PRESSUPOSTOS PARA UMA DISCUSSÃO ACERCA DAS INTERLOCUÇÕES ENTRE A CLASSIFICAÇÃO ARQUIVISTICA, A TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO E A TEORIA DO CONCEITO

ASSUMPTIONS FOR A DISCUSSION ABOUT THE INTERLOCUTIONS BETWEEN THE CLASSIFICATION ARCHIVAL, THEORY OF CLASSIFICATION AND CONCEPT OF THEORY

Ana Cristina de Albuquerque¹

Modalidade da apresentação: Comunicação Oral

Resumo: A classificação arquivística é a atividade que elabora, a partir de uma concepção intelectual, a articulação e identificação dos tipos documentais entre si e estuda a forma como estes foram produzidos, para que sua existência seja determinada e, a partir daí, se materializar no instrumento Plano de Classificação, que espelha a estrutura, funções e atividades de determinado órgão produtor. Partindo da questão de alguns autores onde se observa a pouca integração da classificação arquivística com os fundamentos da Filosofia, da Teoria da Classificação Aristotélica e a Teoria do Conceito, propõe-se, neste artigo, discutir as relações da Classificação Arquivística que podem ter interlocuções das referidas teorias. Assim, o objetivo é, analisar as possibilidades de diálogo entre a Classificação Arquivística, a Teoria da Classificação e a Teoria do Conceito a partir da explicitação de alguns pontos demonstrativos de interlocução. O estudo é uma parte teórica de um projeto maior e foi realizado a partir do levantamento e síntese bibliográfica de autores de referência nas devidas áreas. A partir de síntese bibliográfica, foram observados diversos pontos levantados na Classificação Arquivística onde há a possibilidade de relações e interlocuções principalmente com a Teoria do Conceito. Tais reflexões podem colaborar para o aprofundamento do debate sobre a Classificação Arquivística e a Organização do Conhecimento referente a recuperação das informações no contexto deste campo do conhecimento.

Palavras-chave: Classificação Arquivística. Teoria da Classificação. Teoria do Conceito. Organização do Conhecimento.

¹Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista (UNESP), Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Abstract: *The archival classification is the activity that shall draw up from an intellectual conception, articulation and identification of document types together and studying how they were produced, so that its existence is determined and, from there, to materialize the instrument Rating plan, which mirrors the structure, functions and activities of certain producing organ. Starting from the question of authors where it is observed the little integration of archival classification with the fundamentals of philosophy, Theory of Classification and would have the concept, it is proposed in this paper discuss the relationship Archivistics rating that may have interlocutions of those theories. The objective is to analyze the possibilities of dialogue between the Archival Classification, the Classification Theory and Concept Theory from the explicitness of some statements interlocution points. The study is a theoretical part of a larger project and was carried from the survey and literature review of reference authors in the both of areas. From literature review, we observed several points raised in the Classification Archives where there is the possibility of relationships and dialogues mainly with the theory of concept. Such reflections can contribute to deepening the debate on the Archival Classification and Organization of Knowledge regarding the recovery of information in the context of this field of knowledge.*

Keywords: *Archival classification. Classification Theory. Concept of Theory. Knowledge Organization.*

1 INTRODUÇÃO

Como conceito, o termo classificação se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaíam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. A classificação é um fenômeno social e nela cada fato impulsiona a criação de novas formas de classificação entre os seres e os saberes. Dessa forma, as ações apresentadas no domínio das relações sociais são atos classificatórios.

O conceito de classificação é definido por muitos autores como sendo um processo que possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possam estar ordenados para fins pragmáticos, como organização, disponibilização, posterior recuperação e também para entender e conhecer melhor um determinado objeto ou pessoa. Através da classificação é possível escolher dentro de diversas entidades - que, de acordo com Vickery (1980), são seres concretos e conceituais, as características que melhor têm relação com a entidade que foi determinada anteriormente.

Assim, pode-se inicialmente colocar duas dimensões para este conceito: como processo mental, realizado consciente e inconscientemente pelas pessoas, com o objetivo de direcionar e organizar seu ambiente, sua rotina, seu trabalho, seus conhecimentos sobre o mundo; e a classificação com fins a organizar objetos, documentos, espaços, o conhecimento, as informações, para que estes não se percam e possam ser recuperados e mais facilmente tratados.

Com as classificações, tem-se a pretensão de organizar o universo do conhecimento em uma ordem sistemática, pois se agrupa não só o conhecimento, mas também objetos em uma classe comum. Para entender o conceito e o processo da classificação, é preciso percorrer

sua história, que é cheia de diferentes manifestações, tanto como parte da vida do homem como fator do desenvolvimento das ciências, quanto como elemento utilitário para organizar a imensidão de documentos e informações que circulam de forma intensa em nossas áreas do conhecimento. Fundamentada em semelhanças e contrastes, a classificação pode reunir a síntese e a análise, pois é “o meio mais simples de, simultaneamente, discriminar os elementos de um conjunto e agrupá-los em subconjuntos — isto é, de analisar e sintetizá-lo” (BUNGE apud GIL, 2001. p. 91). Dessa forma, percebe-se também a relação com o desenvolvimento do conhecimento, pois, com a organização deste em classes, sua função se estende à de unificar e sistematizar os fatos e dados, com espaços que permitem crescer a partir do exterior, ou seja, nível a nível, de acordo com a hierarquia.

Considerando o exposto, a classificação arquivística é a atividade que elabora, a partir de uma concepção intelectual, a articulação e identificação dos tipos documentais entre si e estuda a forma como estes foram produzidos, para que sua existência seja determinada e, a partir daí, se materializar no instrumento Plano de Classificação, que espelha a estrutura, funções e atividades de determinado órgão produtor.

Sua elaboração se dá por hierarquias definidas pelos elementos que serão levantados e analisados ao longo do tratamento dos conjuntos documentais, se caracterizando como uma organização do domínio do conhecimento do órgão produtor seja uma instituição pública ou privada, fundações ou pessoais.

Partindo do pressuposto explicitado por Sousa (2006), de que, sendo uma atividade intelectual, a Classificação Arquivística não incorporou, com maiores discussões, os fundamentos da Filosofia, da Teoria da Classificação e a Teoria do Conceito, para que estas possam contribuir em questões de base teóricas e aplicadas às possíveis perspectivas de tratamento e relações que podem vir destas teorias, propõe-se, neste artigo, discutir as relações da Classificação Arquivística que podem ter interlocuções das referidas teorias. Assim, o objetivo é, analisar as possibilidades de diálogo entre a Classificação Arquivística, a Teoria da Classificação Aristotélica – esta como base teórico-epistemológica da raiz classificatória nas ciências – e a Teoria do Conceito a partir da explicitação de alguns pontos demonstrativos de interlocução. O estudo é uma parte teórica de projeto de pesquisa realizado na Universidade Estadual de Londrina (UEL), no âmbito do mapeamento de estruturas classificatórias em arquivos, bibliotecas e museus em relação ao documento fotográfico. O presente artigo, foi elaborado a partir do levantamento e síntese bibliográfica de autores de referência nas devidas áreas. A partir da síntese bibliográfica, foi observado que, em diversos pontos levantados na Classificação Arquivística há a possibilidade de relações e interlocuções

principalmente com a Teoria do Conceito, que pode contribuir para melhores resultados quanto a delimitação de categorias e conceitos e na elaboração de instrumentos documentários para a posterior recuperação de informações. Tais reflexões podem colaborar para o aprofundamento do debate sobre a Classificação Arquivística e a Organização do Conhecimento referente a recuperação das informações no contexto deste campo do conhecimento.

2 OLHARES SOBRE A CLASSIFICAÇÃO ARQUIVÍSTICA

A classificação arquivística tem o objetivo de refletir de forma clara as funções e atividades do órgão produtor e, assim, fazer com que os testemunhos e provas de ações realizadas por pessoas, famílias, instituições não se percam e que, principalmente, tenham relação com todo o conjunto documental restante. Os registros documentais, de acordo com Durant (1994), concebem um tipo de conhecimento que é único, na perspectiva de que são gerados ou recebidos no fluxo das atividades, sejam elas pessoais ou institucionais, se constituindo como provas de ações.

Definir a atividade de classificação em arquivos, tarefa das mais importantes e essenciais para dar aos documentos uma organização viável, de acordo com os princípios arquivísticos, é percorrer as histórias de como os arquivos, em sua trajetória ao longo do tempo, se instituíram tanto em seus fazeres quanto em sua teoria. Esses fazeres e teorias foram desenvolvidos a partir de documentos de diferentes governos, ao longo do tempo, que de forma sistemática foram organizados, algumas vezes respeitando administrações, outras realizando operações que no futuro iriam comprometer a articulação de importantes arquivos, mas sempre foram apresentadas tentativas de ordenar consistentemente os documentos que inevitavelmente seriam acumulados e precisavam ser conservados. Essas ações e tentativas percorreram longo caminho até se consolidarem em princípios, que norteariam a teoria arquivística e determinariam sua execução de forma a respeitar uma série de importantes fatores para a consolidação de uma regra, uma norma para guiar os fazeres arquivísticos.

Os princípios da proveniência - de *respect des fonds* - e de respeito à ordem original encontram-se no cerne da concepção da classificação na arquivística. De acordo com Sousa (2003) e Barros (2012), o primeiro marco da classificação arquivística é determinado por estes princípios que: “[...] são para a Teoria da Classificação a característica ou princípio da classificação ou princípio da divisão, isto é, a qualidade ou o atributo escolhido para servir de base à classificação.” (SOUSA, 2003, p. 250). Assim, ainda de acordo com o autor, pode-se compreender que os princípios de proveniência e de ordem original são princípios de divisão

ou melhor dizendo de classificação naturais, já que são elementos essenciais e de caráter constante e permanente ao conjunto de documentos a serem divididos (SOUSA, 2003).

O princípio da proveniência se refere aos interesses externos, ou seja, demanda que a atenção seja direcionada ao organismo produtor, englobando suas funções, fato que determinará o porquê da criação daquele documento, seu conteúdo e seu posterior uso como documento histórico. Incide na constituição de fundos, tendo por base a não separação de documentos que venham de um mesmo órgão produtor, permitindo assim a formação de fundos com documentos provenientes do mesmo lugar, além de ser um importante passo para o desenvolvimento teórico no campo da arquivística (ALBUQUERQUE; SOUTO, 2013).

Já o princípio da ordem original, recai sobre o fato de resguardar os documentos nos fundos e evitar que estes sejam tratados à luz de classificações por temas ou matérias, o que dificulta e mesmo acaba com as verdadeiras origens dos documentos. O princípio da ordem original, é apresentado por alguns autores como um desenvolvimento do princípio de *respect des fonds* ou um segundo componente que, enquanto um permite “isolar e circunscrever a entidade que constitui um fundo de arquivo”, o outro tem como objetivo “o respeito ou a reconstituição da ordem interna do fundo” (ROUSSEU; COUTURE, 1998, p. 83).

Dessa forma, com os relacionamentos entre documentos e seu produtor e os documentos entre si, os arquivos têm assegurado seu caráter orgânico que, através desses princípios, demonstram a importância das relações de natureza administrativa que vão se desdobrar em algumas características que fazem com que o documento se mostre como arquivístico.

De acordo com Martín-Pozuelo Campillos (1996) a partir da trajetória do princípio de proveniência é possível definir algumas bases teóricas para o entendimento da classificação arquivística. A autora defende que: “[...] la clasificación archivística representa no solo el marco tradicional de este principio sino en si misma, [...], la esencia de la disciplina archivística en su conjunto” (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 50). De acordo com a autora supracitada, a classificação arquivística é considerada tradicionalmente, junto à ordenação, como um dos aspectos mais importantes para que o desenvolvimento da organização de arquivos seja feito de forma ideal, e elenca algumas definições de classificação, como as de Yvonne Chauvin (apud MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 51), que apresenta cinco significados diversos:

1. Acción de clasificar: hacer la clasificación día a día.
2. Tipo de clasificación. Es entonces seguida de un adjetivo: es una clasificación alfabética.
3. Operación material de guardar en forma metódica, en vista de una búsqueda posterior.
4. Conjunto de documentos clasificados. Esta clasificación comprende muchos documentos demasiado gruesos.

5. Servicio de clasificación y su local. Llevar un expediente a su clasificación. No confundir con ordenación classification.

Essas definições remetem a alguns sentidos do que pode ser classificação arquivística. Em alguns pontos, Chauvin (apud MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996) diz claramente que a classificação é de ordem alfabética; depois, de forma pragmática, define-a como a melhor forma de guarda que seria realizada de maneira metódica, para que resulte posteriormente na busca, e, no último ponto, explica que a classificação não deve se confundir com a ordenação. Nesta questão, especificamente, Martín-Pozuelo Campillos (1996) chama a atenção ao longo de sua proposta para a questão do duplo significado que permeia este conceito, pois muitas vezes este é confundido ou mesmo utilizado, em sua dimensão linguística, como sinônimo de ordenação e organização. A autora dá um panorama das definições de classificação no século XIX, em que defende que a preocupação pelo tema foi posta de forma não muito aberta, mas que refletia posições que deixavam margem para a discussão da terminologia dessa atividade. Assim, os termos classificação e ordenação ficam muito evidentes na análise terminológica realizada. São termos que estão, de acordo com a autora, muito ligados com os mecanismos de que um arquivo dispõe para verificar suas funções, tanto no âmbito de difundir informações como em receber os documentos de instituições e tratá-las adequadamente.

Dessa maneira, sua definição de classificação é a seguinte: “Seguindo a los canadienses Couture y Rousseau y desde una perspectiva puramente metodológica, entiendo que la clasificación es la primera etapa de un tratamiento que conduce a la accesibilidad del acervo documental. (MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, 1996, p. 54). A noção destas etapas são determinantes para as seguintes, de forma a preservar as características funcionais e informacionais dos documentos. Conforme afirma Romero Tallafigo (1994), antes de perguntar ou mesmo de buscar o que há sobre determinado assunto, o usuário deverá conhecer os órgãos, o modo de funcionamento e o período que lhe interessa para poder ter sua informação refletida em um conjunto. Estas atividades, amparadas pelos princípios de proveniência e ordem natural, vão precisar de ações que não as façam se perder em meio a propostas ou organizações que podem prejudicar um arquivo, no sentido de ordená-lo de formas intuitivas ou como parecer melhor. Para classificar:

[...] hay que identificar por sus formas y fines cada institución productora de documentos, deslindar sus secciones, departamentos y negociados, conocer sus modos reglamentarios, sus plantillas reales. Com los resultados de esa identificación será posible reconocer o reconstituir el orden primigenio de los papeles. (ROMERO TALLAFIGO, 1994, p. 353)

Assim, entende-se a classificação como uma atividade ímpar, que preservará a ligação entre a cadeia hierárquica da instituição para maior facilidade de recuperação das informações, e demonstrará como aqueles documentos se constituíam dentro de cada órgão produtor. Verificar, com devida atenção, como a classificação está sendo elaborada é um fator que pode impedir que formas arbitrárias possam ser levadas adiante. Para tanto, Lodolini (1995) alerta que qualquer organização que for proposta a um arquivo que dê uma ordem diferente da original aos documentos, mesmo que com o objetivo de facilitar a recuperação de informações por seus pesquisadores, na verdade representaria um prejuízo para estes, pois poderiam encontrar alguns documentos, no entanto, estes seriam desprovidos de seus sentidos de origem e dos relacionamentos com os outros grupos de documentos e com seu contexto, “[...] por el lugar que el documento ocupa entre los demás de la misma serie, del mismo fondo, del mismo archivo” (LODOLINI, 1995, p. 42).

Nesse sentido, ao observar todas as designações que os princípios de respeito aos fundos e de ordem original oferecem para dar aos documentos uma organização ideal de acordo com sua produção, concorda-se com Sousa (2003) quando este afirma que os princípios são: “[...] as bases fundamentais para a elaboração da classificação arquivística.” Como observa o autor, o arquivo é um conjunto de documentos que, através de sua gênese, carrega as características referidas acima, ou seja, a identidade e a classificação que seus produtores lhe deram enquanto estavam sendo produzidos e acumulados.

Assim, classificar é realizar uma série de atividades que dividem ou juntam elementos diferentes e semelhantes, com o intuito de conhecer, entender e dispor esses elementos de forma que possam ser encontrados, mas também compreendidos dentro de determinado período ou esquema. A partir de preceitos da teoria da classificação, Sousa (2003, p. 251) a define como:

[...] distribuir indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Pode-se fazer essa distribuição observando-se características superficiais e mutáveis ou então tendo-se em vista caracteres essenciais e permanentes. No primeiro caso, a classificação é elaborada a partir de um princípio de divisão ou classificação artificial. No segundo caso, o princípio será natural.

O autor ressalta que, nos casos em que a classificação é feita de forma artificial, acontece a divisão pelas características de objetos, classificação esta que pode ser mudada e utilizada de diferentes maneiras, pois não incide na essência dos objetos e sim em sua divisão e organização. Nos casos em que a classificação é feita de forma natural, esta traduz toda a ordem que é seguida no meio em que esses objetos estão. Portanto, de forma empírica, observa-se como esses elementos e objetos estão inseridos em seu meio, como se dão suas

semelhanças e diferenças, e parte-se para a divisão, permanecendo juntos os semelhantes (SOUSA, 2003).

Distinguindo uma classificação natural e outra aplicada, Heredia Herrera (1991) escreve que os documentos de arquivo já nascem classificados, pois fazem parte de uma instituição e, dentro dessa instituição, fazem parte de uma dependência, esta é a classificação natural. A autora chama de classificação aplicada aquela em que o arquivista irá elaborar com base nas observações da situação da documentação recebida, ou seja, é a elaboração da classificação regida pelas normas arquivísticas praticadas pelos profissionais arquivistas (HEREDIA HERRERA, 1991, p. 253).

Reconhecendo duas dimensões para a organização de um arquivo, sendo que a classificação é correspondente à operação intelectual e a ordenação, à dimensão mecânica, Heredia Herrera (1991), na tradição espanhola, expõe a “ambiguidade de significados” que pode existir quando se trata de distinguir classificação de ordenação. A autora explica que esses dois termos são continuamente utilizados sem uma diferenciação exata, que pode ser vista por parte dos profissionais que, por vezes, afirmam que ordenar é classificar ou que classificar é ordenar e arrumar em classes (HEREDIA HERRERA, 1991). Assim, a autora mostra como em alguns momentos a classificação é definida de forma confusa, em que não se sabe ao certo se é mesmo uma classificação ou ordenação, como na obra “Introducción a la ordenación y clasificación”, de Aurélio Tanodi, que, de acordo com a autora, em um primeiro momento escreve que a classificação pode significar o sistema pelo qual irá ordenar um fundo de arquivo e, em outro momento, na mesma obra, escreve que para se classificar um fundo de arquivo é preciso levar em conta os diferentes métodos, como o cronológico, alfabético, por matérias, confundindo, dessa forma, os dois conceitos (HEREDIA HERRERA, 1991).

Em relação à obra de Marcelo Nuñez Cepeda, a autora afirma que este não se refere à ordenação como uma atividade e sim como uma consequência de outras atividades que considera principais: a catalogação e a classificação (HEREDIA HERRERA, 1991). Com o objetivo de desmistificar a confusão de significados, a autora explica que a classificação sempre ocorre com a definição de classes agrupadas de forma estrutural ou hierárquica dentro de um conjunto e a ordenação é o alinhamento dentro de cada subconjunto (HEREDIA HERRERA, 1991), portanto uma suposta confusão entre termos não é oportuna.

Para Janice Gonçalves (1998) a organização dos documentos de arquivo deve estar articulada às bases de discussões na arquivística. A autora explica que o objetivo da classificação é:

[...] basicamente, dar visibilidade às funções e às atividades do organismo produtor do arquivo, deixando claras as ligações entre os documentos. Podemos entender que a classificação é, antes de tudo, **lógica**: a partir da análise do organismo produtor de documentos de arquivo, são criadas

categorias, **classes** genéricas, que dizem respeito às funções/atividades detectadas (estejam elas configuradas ou não em estruturas específicas, como departamentos, divisões, etc.). (GONÇALVES, 1998, p. 12)

Dessa maneira, para Gonçalves (1998), a classificação se apresenta como atividade hierárquica, tendo sua materialização no plano de classificação, em que irão constar os verdadeiros vínculos de toda a documentação com o organismo produtor e, justamente por expor dessa forma a cadeia documental, haverá compreensão e contextualização sobre a situação daquela documentação, tanto por parte dos profissionais que organizaram o arquivo quanto por parte dos usuários que terão acesso a esse acervo. Entendimento similar aos dos autores expostos anteriormente, também pode ser percebido em Romero Tallafigo (1994), quando este afirma que a classificação reflete toda a estrutura orgânica e funcional de um fundo de arquivo, e que, no caso de a documentação chegar desorganizada, tem a função de: restituir a ordem, identificando e separando os documentos recebidos; distinguir e separar as grandes agrupações de documentos que refletem a organização; reconstituir, dentro de cada grupo anterior, a ordem das atividades desenvolvidas pela instituição; e, por fim, elaborar um quadro de classificação em que cada divisão seja estruturada organicamente (ROMERO TALLAFIGO, 1994, pp. 357-358).

Outro autor que trata de definir classificação, ordenação e instalação, como Romero Tallafigo (1994), é Esteban Navarro (1995). Em trabalho no qual discute a organização e a representação do conhecimento nos arquivos, defende que a organização dos fundos só é possível se combinadas as três atividades, e define ordenação e classificação como atividades intelectuais, deixando a parte física para a instalação. O autor explica que realmente há uma falta de normalização terminológica dentro da arquivística para definir essas áreas e isso causa certo grau de ambiguidade (ESTEBAN NAVARRO, 1995). Assim, Esteban Navarro (1995, p. 74) explica que a classificação consiste em:

Dividir e agrupar los documentos en clases, que adquieren pleno sentido mediante su integración en una jerarquía construída a partir de la elección de unas categorías y de unos criterios de estructuración, basados en la previa asunción de una determinada imagen del sistema de clasificación más adecuado para cada caso y de la parcela del conocimiento o de la realidad institucional sobre la que opera la acción de clasificar.

Dito isso, o autor afirma que a ordenação é a forma de dispor os documentos dentro de cada classe estabelecida pela classificação, seguindo critérios pré-definidos que se relacionam entre si. Esses critérios aparecem na forma de ordenação cronológica, alfabética ou numérica, sendo que têm de ser únicos e uniformes em sua organização, para exprimir a real ordenação da instituição (ESTEBAN NAVARRO, 1995). A instalação, por sua vez, é o ato de colocar cada documento em seu devido lugar e nos suportes adequados para seu armazenamento. Ela

tem de seguir rigidamente as duas funções anteriores, ou seja, as grandes classes definidas e a cronologia, por exemplo, e reproduzir fisicamente as estruturas definidas (ESTEBAN NAVARRO, 1995). O autor entende que, se bem definidos esses três conceitos, é possível entender que a organização se faz com atividades intimamente ligadas e sequenciais, pois existem claramente as relações que as constroem. Com isso, entender esses dois termos - classificação e ordenação - é perceber que essas operações, como bem dito por Heredia Herrera (1991), estão dentro da organização geral dos documentos de arquivo e que são essenciais, pois a classificação oferece a relação entre os documentos e a ordenação oferece a localização destes.

Delimitado por Barros (2012), como o segundo marco do início da prática da classificação, Hilary Jenkinson, de acordo com o autor, é quem amplia o conceito estabelecido no Manual dos Arquivistas Holandeses na Inglaterra e define classificação de acordo com duas partes sendo que, uma seria o estudo da administração do órgão e outra a divisão do próprio arquivo em classes e subdivisões. Referindo-se a arquivos correntes em sua famosa obra *Arquivos modernos*, Schellenberg (2006) afirma que a classificação é tarefa básica e eficiente para o tratamento e o controle da documentação. Para que possam ser úteis à realização do trabalho com arquivos correntes, o autor afirma que uma boa classificação é imprescindível, como podemos perceber em sua observação sobre os documentos:

Em todos os casos, desde os relativos a importantes assuntos de política até os de operações de rotina, deverão ser agrupados em relação ao seu uso. Refletirão a função do órgão, no amplo sentido do termo, e, no sentido mais restrito, as operações específicas individuais que integram as atividades do mesmo órgão. (SCHELLENBERG, 2006, p. 83)

Em trabalho no qual faz uma análise sobre a construção discursiva em arquivologia, Barros (2010) afirma que Schellenberg é um dos primeiros a separar a classificação do arranjo e que alguns problemas terminológicos decorrentes daí são, em parte, sua responsabilidade, mas que a classificação para este autor “[...] começa a ser encarada como uma atividade gerencial [...]” (BARROS, 2010, p. 103), justamente porque a classificação irá permitir que sejam feitas guarda e eliminação de forma mais fácil. Isso evidencia a perspectiva de que classificação e arranjo são funções para arquivos de idades diferentes e para arquivos diferentes. Na perspectiva de Barros (2010, p. 103):

Esta separação acontece porque começa uma divisão entre as atividades típicas dos arquivos administrativos contemporâneos e os arquivos histórico-culturais, principalmente nos Estados Unidos.

A classificação estaria para Schellenberg relacionada com os arquivos administrativos e arranjo para os arquivos históricos.

A classificação e o arranjo podem ser considerados como operações similares que têm, também, a terminologia como elemento que as distingue. No entanto, como mostra Gonçalves (1998), as operações realizadas em uma e outra idade podem ser diferentes, mas ambas as operações têm o mesmo objetivo, que é revelar de forma clara as relações entre as classes. Assim, classificação e ordenação são atividades que trabalham juntas e apenas são separadas por questões de nomenclatura. Diante das discussões a respeito das terminologias utilizadas para definir a classificação, encontramos também princípios e elementos que delimitam todo o caráter organizativo e dirigem à uma prática da classificação.

A perspectiva da Arquivística Integrada defende a realização concomitante das atividades de classificação, avaliação e descrição e parte de algumas fases para contemplar o resultado. Uma destas fases é o tratamento inicial do documento, definido por etapas de pesquisa por Lopes (1996). Estas etapas vão influenciar posteriormente na elaboração das atividades acima mencionadas. O relacionamento entre documentos e seu produtor e dos documentos entre si, têm assegurado seu caráter orgânico e informacional através da Arquivística Integrada, por ser demonstrada a importância de compreender a natureza de um documento a partir do momento de seu nascimento com características de documento arquivístico, com valores e informações que façam sentido a seu produtor e a seus pesquisadores e que a classificação corresponde a uma fase que, sistematizada com o restante do tratamento, é essencial para a recuperação das informações.

Quadro 1 : Síntese das etapas da pesquisa para futuras classificação, avaliação e descrição de documentos. Lopes (1996, p.90-97).

	Etapas	Atividades
1ª Etapa	- levantar estruturas político-administrativas das funções e das atividades das organizações - considerar a origem, evolução e a situação atual da instituição - estudar a história da instituição e de suas estruturas	- pesquisas - entrevistas - consulta a documentos ou tudo o que fale sobre a documentação.
2ª Etapa	- levantamento da documentação e do meio físico de guarda - mensuração dos dados sobre o acervo - diferenciar quantidade, suporte, estado de conservação - definir tipologia documentais	- pesquisa junto ao acervo e pelo - estudo das tipologias documentais
3ª Etapa	- elaboração do método de arquivamento e de recuperação das informações	- pesquisar nas práticas arquivísticas o método mais adequado.

Fonte: Elaborado pela autora

As etapas de pesquisa levarão à elaboração da classificação mais adequada ao acervo e dos procedimentos que resultarão na recuperação das informações. Lopes (1996), escreve que é defendida uma classificação que possa gerar dossiês dos documentos que devem ser unidos efetivamente sob “o ponto de vista intelectual” (LOPES, 1996, p. 99), pois podem estar separados fisicamente por conta de seus suportes, mas têm de refletir a estrutura da organização.

Desta forma, é possível compreender que a classificação é fundamental para o desenvolvimento da teoria e das práticas arquivísticas. Concorde-se com Sousa (2003, p. 241) quando este afirma que a classificação: “É a função intervenção que dá sentido e que preserva o caráter orgânico do conjunto, espinha dorsal de todo o conhecimento arquivístico e o que delimita e distingue o objeto (informação) da Arquivística das outras áreas da Ciência da Informação.” A atividade de classificar estaria, para o autor supracitado, em um determinado espaço informacional onde tem-se o arquivo de um lado e o “necessitador” de outro. É um canal de comunicação e inteligibilidade do arquivo para que as informações cheguem aos usuários.

Neste sentido, Roncaglio e Manini (2016, p.32-33), explicam, como autores já referenciados, que a classificação é um processo intelectual de identificação e reagrupamento onde os semelhantes se juntam. As autoras expõe ainda que:

[...] consiste em um conjunto de convenções, métodos e regras de procedimentos estruturados de forma lógica e permitindo categorizar os documentos por categorias ou grupos, independentemente de seu suporte e idade. O objetivo final da classificação é, naturalmente, facilitar a identificação da informação contida nos documentos de arquivos e, assim, permitir uma melhor compreensão do contexto de funcionamento da pessoa física ou jurídica em causa.

Assim, a classificação não se resume a atribuir números, códigos e subdivisões a atividades e documentos, e sim é um processo de organização intelectual em que as características, as informações e o contexto de cada documento tratado refletem, com maior ou menor grau de complexidade, as funções e atividades desenvolvidas por uma instituição, a vida de uma pessoa ou os fatos de uma cidade ou país, pois a principal função de um documento de arquivo é a informação a respeito de determinado fato.

3 A TEORIA DO CONCEITO: REFLEXÕES A PARTIR DA CLASSIFICAÇÃO FILOSÓFICA ARISTOTÉLICA

Remetendo à sua raiz etimológica, conceito vem do latim *conceptus* que está ligado ao significado de resultado de uma concepção. O conceito é uma representação intelectual, complexa e abstrata de um objeto. De acordo com Abbagnano (2000), é um termo de

significado geral, pois pode incluir qualquer espécie de sinal ou procedimento semântico de qualquer objeto a que se refere. Em sentido imediato pode ser definido como: “[...] todo processo que torne possível a descrição, a classificação e a previsão dos objetos cognoscíveis.” (ABBAGNANO, 2000, p.164). É uma combinação de representações intelectuais, complexas e abstratas da essência de objetos, ou seja, a partir da faculdade de se separar o sensível do inteligível, esta inteligência é capaz de isolar e apreender de forma mais profunda o concreto de um objeto que será a essência da caracterização que o define.

Ainda para o autor supracitado, a noção de conceito dá origem a dois problemas que se mostram fundamentais para definir sua compreensão: sua natureza e sua função. A atribuição, na filosofia grega antiga, de conceito ligado à razão pelo termo *logos*, possibilita o entendimento da função da racionalidade, ou seja, o entendimento de que as características constitutivas do objeto não são alteradas pelas mudanças de perspectiva fazendo com que, para este determinado objeto se busque sua essência ou substância, ou seja, o que realmente ele é (ABBAGNANO, 2000).

Neste sentido, a Teoria do Conceito, desenvolvida por Ingetraut Dahlberg (1978), tem formulação baseada em características muito próximas à noção de conceito da filosofia antiga, mais especificamente aristotélico. Para a autora, os conceitos são definidos como a: “[...] compilação de enunciados verdadeiros sobre determinado objeto, fixadas por um símbolo linguístico.” (DAHLBERG, 1978, p.102). O símbolo linguístico pode ser a palavra, por exemplo, verbal ou não verbal, que é o instrumento que fixa o resultado da compilação.

A autora supracitada explica que para identificar um referente, que pode ser caracterizado por ações, fatos, leis, propriedades, é preciso considerar que afirmações corretas, verificáveis ou verdadeiras sejam feitas sobre este e que possam ser expressas por um determinado termo (DAHLBERG, 1978b).

O conceito então se caracteriza como uma unidade do conhecimento, tendo como entendimento de conhecimento a totalidade de enunciados verdadeiros que podem se fazer sobre qualquer questão, ou seja, a essência ou substância de algo, o que ele é.

Como explica Campos (2011), empiricamente o homem faz afirmações corretas tanto sobre as coisas reais quanto as que existem em particular em sua mente e, se, conforme Dahlberg (1978b), esse conhecimento para pessoas em particular ou materializado em documentos é a totalidade de afirmações verdadeiras sobre tal, as proposições científicas, justamente por conta destes fatores, devem obedecer um “postulado de verdade” (CAMPOS, 2011, p. 102). Por conseguinte, pensando em áreas científicas de interesse comum, os postulados representam termos comuns e aceitáveis em comunidades de domínios específicos. Segundo Campos (2011), os passos referencial, predicacional e representacional, podem ser

considerados com os três passos envolvidos na formação de um conceito. De acordo com a autora, para Dahlberg:

[...] o processo de determinação do conceito se dá no momento em que é selecionado um item de referência – um referente e analisado dentro de um determinado Universo. A Partir daí, atribuem-se predicados aos referentes, selecionando características relevantes. Estas devem auxiliar no processo de designação de uma forma apropriada, que denota o conceito. Assim, o conceito só pode ser determinado a partir da reunião de todos esses elementos que o compõem.

Pelo olhar filosófico, o conceito pode ser classificado em simples ou complexo, concreto ou abstrato de acordo com seu caráter de compreensão. De acordo com seu caráter extensivo, podem ser singulares, particulares ou universais. Em sua concepção abstrata, isolado de outras possibilidades, contém um tipo de valor que pode significar a essência dos objetos a serem definidos (ABBAGNANO, 2000). No entanto, um mesmo conceito não é capaz de congrega todos os sentidos para objetos diferentes. O conceito de alma será diferente para um psicólogo, para um cientista político, para um religioso ou para um músico. Este é o fator interessante da construção de determinados conceitos, sua diversidade e camadas de entendimento por cada domínio do conhecimento.

Por sua vez, Dahlberg (1978), explica que os enunciados sobre objetos possuem elementos do conceito que contém as características destes objetos. Assim, o processo de análise do conceito se dá através do método analítico-sintético, onde os enunciados apresentarão um atributo, uma característica ou uma hierarquia de características que, à medida que forem sendo analisadas, podem ser sintetizadas em uma característica mais geral, até chegar-se a uma categoria.

De acordo com Aranalde (2009), os sistemas elaborados por Aristóteles foram impulsionados pela necessidade de representar a realidade de um modo ordenado, procurando identificar alguns conceitos que orientassem as representações do pensamento humano, o ato da categorização. Segundo a autora:

No sistema aristotélico, as categorias servem de fundamento ao conhecimento das coisas. Elas são os princípios básicos que tornam o conhecimento possível, partindo de uma perspectiva que concebe o mundo como um todo integrado de causas e efeitos, em que as coisas e as suas propriedades essenciais, seus estados, processos e relações podem e devem ser reveladas pelo trabalho intelectual. (ARANALDE, 2009, p. 91)

Portanto, as categorias representam o básico para o conhecimento de forma geral e estabelecem as relações de semelhança e diferença em que se apoiarão as condições que permitirão que haja uma organização dos significados do conhecimento e das coisas.

Em geral, qualquer noção que sirva como regra para investigação ou para sua expressão lingüística em qualquer campo. Historicamente o primeiro

significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade. (ABBAGNANO, 2000, p. 121)

Quanto às categorias, Gil (2001, p. 53) explica que estas são: “[...] critérios que presidem à distribuição e ordenação da pregnância da experiência nos seus diversos aspectos”, ou seja, são representações de experiências que se dão no terreno conceitual dos objetos, permitindo uma apreensão e definição destes (ABBAGNANO, 2000; ARANALDE, 2009).

Para Aranalde (2009), o sistema elaborado por Aristóteles buscava as categorias como primordiais, ou seja, como uma forma de orientar as divisões feitas pelo pensamento humano. Dessa maneira, por tentar conhecer e compreender o que há no mundo, as categorias elaboradas por Aristóteles até hoje são utilizadas para a compreensão de como se dá a classificação. Enquanto as categorias, por meio da linguagem, definem a noção de realidade, as classificações dividem e agrupam o conhecimento, utilizando classes hierárquicas e critérios oportunamente escolhidos. Gil (2001, p. 91) esclarece que, em relação às categorias, as classificações:

[...] por outro lado, são uma manifestação directa do pensamento categorial. No sentido mais preciso, as noções de entidade, de qualidade, de relação e de quantidade intervêm de modo imediato nas classificações — classificam-se populações de objetos, segundo as suas propriedades e as suas interações com outros objetos. As classificações representam uma actualização não menos directa do par identidade/diferença, do mesmo e do outro, e estabelecem-se sobre uma relação de precedência (de cada nível relativamente ao seguinte) isto é, sobre uma modalidade do par anterior/posterior [...].

Assim, as categorias aristotélicas, todas importantes para a constituição da base filosófica dos muitos sistemas de classificação que seriam elaborados *a posteriori*, se mostram como elementos necessários para a construção e organização do conhecimento científico, pois classificam de modo a se ter conhecimento do que são as unidades classificadas, permitindo, assim, o estudo e aprofundamento em um determinado objeto da ciência. A classificação se estabeleceu com a fundamentação de teorias filosóficas e científicas que deram base ao seu desenvolvimento. As categorias², exemplos realistas de descrição de qualquer experiência, são

² “Em geral, qualquer noção que sirva como regra para investigação ou para sua expressão linguística em qualquer campo. Historicamente, o primeiro significado atribuído às categorias é realista: elas são consideradas determinações da realidade e, em segundo lugar, noções que servem para indagar e para compreender a própria realidade. Foi essa a concepção de Platão, que as chamou de gêneros supremos e enumerou cindo desses gêneros” (ABBAGNANO, 2000, p. 121).

um primeiro estágio para que a classificação das ciências e do saber se desenvolva e se concretize³.

Na formulação de Dahberg (1978), é perceptível o papel importante que é dado às categorias e a sua definição. A partir delas, a autora explica a possibilidade de se levantar as tipologias de características fazendo-se a distinção entre as características simples, as que se referem a uma única propriedade e as complexas que se referem a mais de uma característica, por vezes resultando em uma única propriedade. As características que a autora apresenta são baseadas nas dez categorias aristotélicas: matéria; quantidade; qualidade; relação; processo; modo de ser; passividade; posição; localização; tempo. A autora também discorre sobre a ordem das características para que se constitua um conceito, onde são expostas diferentes espécies de características que terão sua ordem determinada a partir dos objetos que constituem os conceitos e que se formam pelas mesmas características, ou seja, pelas suas semelhanças (DAHLBERG, 1978).

Um fator de importância são as relações entre os conceitos que se constituem a partir da comparação entre conceitos que porventura apresentem características comuns. Assim, é possível estabelecer relações hierárquicas ou de gênero espécie que vão contribuir com a elaboração de sistemas de classificação e tesouros através de conceitos amplos ou mais restritos, conceito inferior ou superior, cada um logicamente alocado para que as relações possam ser concretizadas (DAHLBERG, 1978).

Portanto, baseada nos preceitos filosóficos aristotélicos, a Teoria do Conceito tem a função de auxiliar na base de fundamentação de análises conceituais que visem a padronização de termos de qualquer natureza onde as relações, cuidadosamente analisadas e sintetizadas através das características dos conceitos são sumarizadas por um termo, que representará a compreensão de determinado domínio do conhecimento.

4 INTERLOCUÇÕES: CLASSIFICAÇÃO ARQUIVISTICA, TEORIA DA CLASSIFICAÇÃO ARISTOTÉLICA E TEORIA DO CONCEITO

Para que a Classificação Arquivística se materialize, é necessária a elaboração de um quadro ou Plano de Classificação, justamente para exteriorizar todo o trabalho intelectual com as classes determinadas no processo classificatório. Sua elaboração permite que o profissional possa estabelecer de forma visível os graus de complexidade de uma organização, já que, com

³ “O ponto de partida tradicional para se construir uma classificação tem sido o “universo” do conhecimento, que se divide em classes convencionais principais. As “entidades” (seres concretos e conceituais) em cada classe principal têm muitos atributos, e alguns deles podem servir como características para a “divisão lógica” da classe principal em subclasses ou grupos. Os grupos assim derivados podem ser depois dispostos numa ordem útil. Cada grupo é em si um “universo” puro suscetível de divisão por uma outra característica. A divisão sucessiva por uma série de características resulta numa cadeia de classes” (VICHERY, 1980, p. 234).

o instrumento, é possível visualizar todas as divisões de um conjunto documental. Em artigo que discute a elaboração de planos de classificação, Rios e Cordeiro (2010, p. 126) apresentam a seguinte definição, se referindo a Bellotto (1996):

[...] o plano de classificação de documentos de arquivos é desenvolvido para ser aplicado já na fase corrente dos documentos de arquivos, sendo, portanto, um “instrumento de trabalho usado para classificar todo e qualquer documento produzido ou recebido por um órgão no exercício de suas funções e atividades”. Seu objetivo é agrupar documentos sobre um mesmo assunto, representado por uma notação (codificação) e, também, implica na organização física dos documentos arquivados para a sua (recuperação) notacional.

Esses instrumentos auxiliam na gestão da documentação dos arquivos, possibilitando uma melhor recuperação das informações e dos documentos disponíveis no acervo. Para sua construção, são estabelecidas algumas regras que nos remetem aos elementos e aos princípios de classificação.

De acordo com Schellenberg (2006), autor citado também por Heredia Herrera (1991), em relação aos elementos de classificação, existem três aspectos que precisam ser considerados, sendo o primeiro “[...] a ação a que os documentos se referem” (SCHELLENBERG, 2006, p. 84). Falando de documentos públicos, Schellenberg (2006) observa que estes se dividem naturalmente em grupos que se referem a ações, e estas ações, de acordo com Schellenberg (2006) e Heredia Herrera (1991), podem se manifestar como funções, ou seja, responsabilidades e atribuições de uma determinada instituição, para a realização de objetivos que foram propostos em sua criação. Por conseguinte, as funções dão origem a uma série de atividades que, sendo executadas, darão lugar aos serviços realizados na instituição. Por fim, essas atividades geram um conjunto de trâmites que vão originar as séries documentais, fruto de todos os processos anteriores (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).

O segundo aspecto a ser considerado na classificação de documentos, sendo que os autores em suas obras tratam do documento público, é a estrutura orgânica. De acordo com os autores, a organização da entidade que produz os documentos é normalmente dividida em seções administrativas, oficinas, departamentos, ou seja, a instituição produtora é dividida em seções e, sendo assim, os documentos têm de refletir a estrutura dessa organização (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).

O terceiro aspecto a ser considerado no processo de classificação é o assunto. Este elemento se refere ao conteúdo de que tratam os documentos, sendo que, de acordo com Schellenberg (2006), na estrutura administrativa dos governos existem muitas pastas e estas podem dar origem a atividades que são específicas de uma área, ou seja, atividades

especializadas que fogem da estrutura orgânica da instituição produtora. O autor explica que os cabeçalhos que refletirão o assunto devem ser extraídos conforme a realização de uma análise de assunto no documento e devem corresponder logicamente às especialidades que representam. Quando se refere à classificação por assunto, Schellenberg (2006) relata o estudo de Martin P. Claussen, que fala sobre os sistemas de classificação que são aplicáveis a documentos de arquivo, e cita o caso do Sistema de Classificação Decimal Universal, que é “aprimorado para ser aplicado com vantagem a documentos públicos sobre assuntos gerais, e não é suficientemente detalhado para ser aplicado a material altamente especializado” (SCHELLENBERG, 2006, p. 94), ou seja, deve ser utilizado com cuidado, pois os documentos que precisam ser classificados por assunto devem seguir os padrões rígidos de classificação, para que se tornem acessíveis, e suas classes devem ser desenvolvidas de acordo com as necessidades observadas.

Por classificação funcional entende-se aquela que provém da identificação das funções realizadas pelas instituições. Assim, há como estruturar um plano de classificação que reflita uma cadeia hierárquica em que ficam estabelecidos todos os níveis, de forma estruturada, a partir da entidade produtora (SCHELLENBERG, 2006).

A classificação organizacional tem relação com a descentralização física dos documentos, pois, em um governo, a produção de documentos é incessante e, por vezes, como descrito na classificação por assunto, esses documentos acabam ficando separados; neste caso, são documentos separados de várias seções de um mesmo órgão. Schellenberg (2006) explica que essa classificação é realizada através da definição das classes primárias, que irão representar os principais elementos de organização da instituição. “A divisão em classes organizacionais é possível e aconselhável somente em governos de organização estável, e cujas funções e processos administrativos sejam bem definidos” (SCHELLENBERG, 2006, p. 91). Dessa maneira, como explica Heredia Herrera (1991), é muito comum encontrar em órgãos governamentais classificações mistas, ou seja, orgânico-funcionais, para que seja possível organizar todos os documentos produzidos.

Quanto aos princípios de classificação que devem ser seguidos para que a atividade seja coerente, os expostos por Matín-Pozzuolo Campillos (1996) são resultado de sua análise feita de autores da escola alemã, que, de acordo com a autora, colocam o princípio da proveniência e o de pertinência⁴ como os norteadores principais da classificação, sendo que

⁴ O princípio de pertinência, de acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 136), é o “princípio segundo o qual os documentos deveriam ser reclassificados por assunto sem ter em conta a proveniência e a classificação original. Também chamado de princípio temático”. Na introdução do referido Dicionário, encontramos uma justificativa para o termo estar presente na obra. De acordo com os autores, o termo praticamente não mais é utilizado, no entanto é preciso conhecê-lo devidamente.

qualquer outro procedimento será variante dos dois primeiros. A autora também se refere à visão dos autores da corrente holandesa, que definem o princípio da proveniência como o principal norteador do processo de classificação, como já foi visto anteriormente, inclusive, em contrapartida ao que os alemães apresentam como princípio da pertinência, Martín-Pozzuelo Campillos (1996) chama a atenção para a afirmação de que não é o assunto que deve determinar onde o documento irá ficar e sim sua destinação. Por fim, a autora analisa a obra de Herman Hardenberg, *Algunas reflexiones sobre los principios para el ordenamiento de archivos*, de 1963, em que estão dispostos alguns princípios que se completam. A autora, então, elenca os princípios da seguinte maneira:

Quadro 2: Os princípios arquivísticos para classificação expostos por Martín-Pozzuelo Campillos (1996, pp. 56-57)

Princípios arquivísticos de classificação: Martín-Pozzuelo Campillos (1996, pp. 56-57).	
Princípio de destino	Os documentos devem ocupar um lugar no grupo, de acordo com sua natureza inicial
Princípio da estrutura arquivística	Preserva-se o grupo de um arquivo como um todo e não devendo ser alterada a sua ordem
Princípio da restituição	Incide em restituir a ordem do arquivo
Princípio funcional	As divisões ou subdivisões vêm das tarefas executadas pelo órgão ou pessoa produtora
Princípio de organização	Os grupos refletem a organização da instituição criadora e a organização da instituição

Fonte: Elaborado pela autora

A autora reafirma que, obviamente, o princípio de proveniência perpassa todos os outros enumerados.

Os princípios expostos por Schellenberg (2006) servem de base também para Heredia Herrera (1991) e podem ser resumidos da seguinte maneira:

- As classes formuladas devem ser sempre *a posteriori* e nunca *a priori*. Schellenberg (2006) explica que as classes devem ser criadas de acordo com a necessidade e não previamente estabelecidas. No início, podem ser agrupadas de forma mais geral e depois, com a observação e com as necessidades de uma entidade, podem ser expandidas. Esse fato vai de encontro ao que propõe como princípio Heredia Herrera, para quem a classificação é uma atividade anterior à ordenação.
- Os autores defendem a necessidade da consistência (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006), ou seja, é importante que os níveis sejam condizentes

exatamente com a subdivisão institucional. Cada nível tem que representar a função ou atividade a que se relaciona.

- Estabelecer cabeçalhos que mostrem também atividades auxiliares, como incluir miscelâneas, por exemplo.
- Estabelecer cabeçalhos separados de atividades que são destaque, como políticas, métodos, ou seja, que são importantes e servem para decisões também importantes na instituição. Deve-se instituir meios para dar destaque a esses documentos ou elaborar cabeçalhos mais específicos (HEREDIA HERRERA, 1991; SCHELLENBERG, 2006).
- É interessante manter um esquema de classificação que se refira às funções correntes da instituição, e que seja periodicamente ajustado, de acordo com as necessidades impostas (SCHELLENBERG, 2006).

Os elementos definidos acima para o fazer da classificação são explicados pelos manuais e devem ser analisados, levando em consideração as mudanças que ocorrem nos arquivos e nos próprios documentos. O acesso às informações da instituição é primordial para seu funcionamento e se torna cada vez mais urgente com o volume e quantidade que hoje são produzidos, visto que, seus suportes também se modificaram. A percepção do relacionamento conceitual neste sentido pode trazer uma maior compreensão sobre a materialidade dos Planos de Classificação, quando definidas as categorias e suas relações conceituais no âmbito da classificação arquivística.

Nesse sentido, a questão da gestão da informação se torna latente nas práticas consolidadas que tratam basicamente da tradição escrita e dos documentos e é justamente neste ponto que a interlocução com Teoria da Classificação e com a Teoria do Conceito pode ocorrer, como defendido por Esteban Navarro (1995). A partir de um conceito de Organização e Representação do Conhecimento que integre as particularidades dos arquivos, o autor propõe uma discussão em torno de aspectos que podem dar origem a uma maior cooperação entre diferentes unidades informacionais, quanto às técnicas de tratamento documental. O autor faz uma série de aproximações entre o que denomina de gestão documental em bibliotecas ou outras unidades de informação e os arquivos, propondo que há características semelhantes no processo do tratamento dos documentos arquivísticos como por exemplo, a atividade de classificação. Para Esteban Navarro (1995), a classificação exprime o caráter orgânico e seriado dos documentos, que será percebido através da organização dos fundos e assim passível de informações a respeito daquele fundo serem recuperadas de acordo com as necessidades dos usuários. Outra semelhança explicitada pelo autor, são as finalidades das

tarefas que são realizadas em um arquivo, sempre direcionadas à preservação, organização e difusão das informações ali contidas. Dependendo do contexto, as competências intelectuais onde serão reveladas através das atividades e fases descritas acima, as classes e categorias específicas para a classificação e os resultados obtidos, podem ser percebidos no Plano de Classificação e no fluxo e recuperação de informações que este produto permite, assim como nos fundamentos e estruturas de instrumentos auxiliares que são empregados para sua construção, como o processo de Análise Documental, a categorização e até vocabulários controlados e tesouros, que podem servir de importantes ferramentas auxiliares na recuperação de informações em arquivos.

De acordo com o autor, os Planos ou Quadros de Classificação, representam espécies específicas de linguagens de estruturas hierárquicas, pois sua função é identificar um elemento a partir de critérios estabelecidos onde este elemento ocupará uma classe, onde só terá sentido a partir dos relacionamentos destas classes. No caso, esse relacionamento pode se dar a partir dos elementos pesquisados e definidos a partir do órgão produtor da estrutura administrativa, das ações realizadas pela instituição e – na prática raramente utilizado – os assuntos a que se remetem os documentos (ESTEBAN NAVARRO, 1995).

As etapas de entrada, tratamento e saída, representadas pela aquisição do fundo, tratamento como avaliação, classificação e descrição e saída a partir dos produtos gerados por esse processo, ficam claras na visão de Esteban Navarro (1995), quando afirma que a cadeia documental arquivística persegue o mesmo fim que em outras unidades de informação. Neste sentido:

[...] la clasificación consiste en cualquiera de los casos en la identificación y colocación de cada documento en una classe perfectamente definida dentro de una jerarquia, según establece un sistema de clasificación auxiliar – si bien, de naturaleza distinta para cada centro –, que permite reconstruir intelectualmente el fondo sin que la distribución física de la información en diversas piezas y soportes sea un obstáculo.

Por conseguinte, o autor supracitado explica que todas as operações de leitura e compreensão de documentos, construção de índices, assim como táticas de indexação de livros, por exemplo, são e podem ser feitas para a realização e elaboração da classificação arquivística. Tratando da representação de domínios na arquivística e na biblioteconomia Sales (2011), explica que a organização do conhecimento no campo da arquivística, respeitando os conhecimentos orgânicos, se dá através da elaboração da classificação arquivística, sendo que esta, ao ser materializada a partir dos Planos de Classificação funcional ou estrutural, demonstram as relações entre os conjuntos documentais, “[...] a relação de saberes/fazeres inerentes à administração de uma entidade (jurídica ou física),

evidenciados pela materialização de seus documentos.” (SALES, 2011, p. 55). Pode-se inferir aqui que o domínio do conhecimento ajuda a estabelecer estas relações que podem ser vistas de forma análoga ao relacionamento entre os conceitos, onde sua materialidade aplicada especificamente à classificação arquivística pode auxiliar na melhor representação e organização do conhecimento e assim manter uma objetividade que pode ser relacionada à recuperação das informações ali contidas.

5 À GUIA DE CONSIDERAÇÕES

Os fundamentos da classificação arquivística demonstram a cada dia a importância desta atividade para a organização e a recuperação de informações neste campo do conhecimento. O aprofundamento de questões como a Teoria da Classificação, como fundamento teórico e a Teoria do Conceito ligados a esta atividade, revela que há sim um longo e profícuo caminho a ser percorrido em busca de maiores intervenções e conhecimentos que podem ser produzidos a partir das correlações destes saberes.

Para que essas relações possam ser preservadas e possam servir aos interesses de uma instituição e de usuários, é essencial que a classificação seja realizada de acordo com as definições de uma organização física e intelectual dos documentos de arquivo.

O aporte da Teoria do Conceito oferece subsídios para determinar as relações conceituais que podem ser abordadas na elaboração de Planos de Classificação arquivística, considerando toda a estrutura e características destes instrumentos, e, por conseguinte, ajudando a fixar e posicionar os conceitos em determinando sistema.

A prática da classificação arquivística, fundamentada pela Teoria do Conceito, pode ser uma alternativa para a compreensão do domínio de conhecimento onde se está atuando e pode operar no sentido de dar subsídios para a escolha e construção de Planos de Classificação que não só constituem as relações orgânicas dos documentos, como também complementar uma visão totalizadora e rigorosa do conhecimento ali representado.

Concomitante a sua construção ou posteriormente, os resultados deste conjunto podem ser percebidos em controle de vocabulários, descrição, e, principalmente, a partir dos tesouros funcionais, que possibilitam diversas vantagens quando aplicados no âmbito da organização da informação e do conhecimento na arquivística. O resultado lógico da classificação arquivística assim, pode ser aperfeiçoado com o trabalho de mapeamento das categorias, devidamente de acordo com os princípios arquivísticos e multidimensional, de forma a dar maior acesso e visibilidade aos relacionamentos ali dispostos aos usuários.

Com este estudo preliminar, espera-se abrir novas discussões e quiçá modelos conceituais para a classificação arquivística pois, pela própria estruturação de suas categorias, classes e subclasses, materializadas por funções, atividades, subfunções, séries e pela sua

estrutura e caráter orgânico, a classificação arquivística tem e deve buscar aproximações, tanto com a Teoria da Classificação quanto com a Teoria do Conceito para, preservando suas particularidades e especificidades, melhor poder contribuir com o tratamento e recuperação das informações arquivísticas.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de; SOUTO, Diana Vilas Boas. Acerca do princípio da proveniência. **Ágora**, v.23, n.46, p.14-43, 2013.
- ARANALDE, Michel Maya. Reflexões sobre os sistemas categoriais de Aristóteles, Kant e Ranganathan. **Ciência da Informação**, v.38, n.1, p.1-19, 2009.
- BARROS, Thiago Henrique Bragato. **A construção discursiva em arquivística: uma análise do percurso histórico e conceitual da disciplina por meio dos conceitos de classificação e descrição**. 2010, 132f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2010.
- _____. A classificação funcional em Arquivística: uma análise da colaboração científica nos periódicos *Archivaria* e *American Archivist*, 20 Años del Capítulo Español de ISKO. **Actas del X Congreso ISKO Capítulo Español (Ferrol, 2011)** Universidade da Coruña (Espanha), 2012. Disponível em: http://www.iskoiberico.org/wp-content/uploads/2014/09/157-169_Barros.pdf. Acesso em: 22 de janeiro de 2016.
- BELLOTTI, H. L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1996.
- CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. **Linguagem Documentária: teorias que fundamentam sua elaboração**. Niterói: EdUFF, 2001.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. *Ciência da informação*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, jul./dez. 1978.
- _____. **Uma teoria para o interconcepto: teoria analítica do conceito voltada para o referente**. Tradução Vânia Teixeira Gonçalves. 1978b. Disponível em: <
<http://dataware.nce.ufrj.br:8080/dataware/seminarios/2002/fisico/seminariosInternos/2002/Teoria%20do%20Conceito.doc>>. Acesso em: 10 de novembro de 2013.
- DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como prova de ação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 7, n.13, p.49-64, 1994.
- ESTEBAN NAVARRO, Miguel Angel. La representación y la organización del conocimiento en los archivos. In: GARCÍA MARCO, Javier (ed.) **Organización del conocimiento en sistemas de información y documentación**, ACTAS DEL I ENCUESTRO DE ISKO-ESPANA, Madrid, 4-5 de noviembre de 1993, Zaragoza, 1995, p. 65-90.
- GIL, Fernando. Classificações. In: _____. **Enciclopédia Einaudi**. Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda. 2001. 432p. v.41.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer; v.2)
- HEREDIA HERRERA, Antonia. **Arquivística general: teoria y práctica**. 5.ed. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1991.
- LODOLINI, Elio. El archivo del ayer al mañana: la archivística entre tradición e innovación. In: **Boletín Anabade**, n.1, 1995. Tradução realizada por María Jesús Álvarez-Coca González de palestra proferida pelo autor em 17 de novembro de 1993, no Archivo histórico Nacional, Espanha.

LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.

MARTÍN-POZUELO CAMPILLOS, M. Paz. **La construccion teórica en archivística**: el principio de procedencia. Madrid: Boletín Oficial del Estado, 1996.

RIOS, Elaine Rosa; CORDEIRO, Rosa Inês de Novais. Plano de classificação de documentos arquivísticos e a teoria da classificação: uma interlocução entre domínios de conhecimentos. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v.15, n.2, p.123-139, maio/ago., 2010.

ROMERO TALLAFIGO, Manuel. **Archivística y archivos**: soportes, edificio y organización. 2.ed. Carmona: S&C ediciones, 1994 (Biblioteca Archivística;1)

RONCAGLIO, Cynthia; MANINI, Miriam Paula. **ARQUIVOLOGIA E CINEMA - UM OLHAR ARQUIVISTICO SOBRE NARRATIVAS FILMICAS**. BRASÍLIA/DF: EDU/UNB, 2016.

ROUSSEAU, Jean-Yves, COUTURE, Carol. Os fundamentos da disciplina Arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SALES, Rodrigo de. Representação de domínios em Biblioteconomia e Arquivística. In: SILVA, Fabiano Couto Corrêa da; SALES Rodrigo de. (Orgs.) **Cenários da organização do conhecimento**: linguagens documentárias em cena. Brasília: Thesaurus, 2011.

SCHELLENBERG, T.R. **Arquivos modernos**: princípios e técnicas. 6.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

SOUSA, R. T. B. Os princípios arquivísticos e o conceito de classificação. In: RODRIGUES, Georgete Medleg; LOPES, Ilza Leite. (Org.). Organização e representação do conhecimento na perspectiva da Ciência da Informação. Brasília: Thesaurus, 2003, v. 2, p. 240-269.

_____. Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito. **Arquivística.Net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.120-142, ago/dez 2006.

VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG-Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).